

Rui Pedro Vieira Fernandes

Plano de Salvaguarda do Património Românico do  
Concelho de Penafiel

*- Revalidação Turística do Mosteiro de Paço de  
Sousa –*

Paço de Sousa, Penafiel, Março do Ano da Graça de 2006



Rui Pedro Vieira Fernandes

Plano de Salvaguarda do Património Românico do  
Concelho de Penafiel

*- Revalidação Turística do Mosteiro de Paço de  
Sousa –*

Orientador  
Professor Doutor Carlos Ferreira

Monografia para a obtenção de Pós-Graduação em Turismo, Ordenamento e  
Gestão do Território

Paço de Sousa, Penafiel, Março do Ano da Graça de 2006

“A observação do Património Artístico e Histórico que os nossos antepassados nos legaram deve, em certa medida, ser feita por aqueles que convivem com esse património mas que, por desconhecerem o seu valor ou por habituação à sua presença, não lhes dão a atenção nem o carinho que lhes deviam dedicar.”

José João Rigaud de Sousa, “Sumário Histórico do Mosteiro de Paço de Sousa” Penafiel 1981

## Agradecimentos

À minha Família, à minha mulher Rita e Gonçalo SantaMaria, meu filho que me permitiram fazer esta viagem no tempo.

À Biblioteca Municipal de Penafiel, na prestável no que diz respeito à cedência de um espaço para investigação, pela mão da minha prima Célia Maria, Dr<sup>a</sup> Adelaide Galhardo e do Filipe Silva.

Ao Centro Português de Fotografia, pela facilidade de busca e procura, bem como na cedência de material de investigação, possível pela mão da Dr<sup>a</sup> Inês Rodrigues e Dr<sup>a</sup> Helena.

Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paço de Sousa, Sr. Manuel Ferreira, ao me confiar documentação e partilhar ideias.

Ao Senhor Padre António de Sousa, pela prestável colaboração e prestação de esclarecimentos sobre o funcionamento da Igreja e do Mosteiro.

E a tantos quantos comigo partilharam este período de trabalho, a Dr<sup>a</sup> Nazanin Badibadi, Dr<sup>a</sup> Filomena Trigo Reto, Eng<sup>a</sup> Ana Cosme e Dr. Carlos Barros, bem como a todos os colegas formandos e formadores da Adersousa.

,

Hoje em pleno século XXI, vivemos uma fase, sob o ponto de vista político e social, de um enorme dinamismo e de quase frivolidade. De tal forma que tudo o que se faz, faz-se como sendo efémero. Ou seja a Cultura do Efémero.

Perante tais factos, hoje somos sugestionados a pensar em formas de resolver o nosso presente sem por em causa o nosso futuro.

Quando ao passar pela Câmara Municipal de Felgueiras, por motivos profissionais, a minha curiosidade foi assaltada por um boletim da AderSousa, pleno de conteúdos muito aliciantes e entre um deles esta Pós-Graduação.

Mas o que fazer como trabalho final?

Perante a minha paixão pela região do Sousa e por este interior muito próximo do litoral, onde possuo uma modesta propriedade e tenho escritório, achei que seria uma oportunidade de me fixar, não só com alma mas também com o coração.

Daí que a minha decisão foi imediata. Realizar um trabalho onde possa interpor a minha realidade profissional e o gosto profundo pelo património Histórico-Cultural de Portugal, muito especialmente o património que apadrinhou a Fundação da Nacionalidade.

Desta forma o **Mosteiro de Paço de Sousa**, foi o mote e o ponto de partida para uma acção que desejaria me deixar envolver, atempadamente, para com os restantes elementos patrimoniais.

Sendo o tema do curso, **Turismo, Ordenamento e Gestão do Território**, tendo formação em Planeamento Regional, vejo o Turismo uma forma de se poder desenvolver uma região, sem a adulterar e mantendo as suas características que justifiquem esse interesse turístico.

Tenho para mim que uma região tão bela e simpática, como esta, só terá possibilidades de se preservar, se conseguirmos fixar as pessoas, que lhe dão alma, os costumes e tradições que lhe conferem identidade e o senso místico que as tornam irresistivelmente apetecíveis e sensacionais.

Assim, ao estimular uma ideia de criação de **Planos de salvaguarda do Património Românico do concelho de Penafiel**, pretendo ajudar a manter o ambiente que torna este património único e apetecível, sem marcar passo no tempo, tendo ferramentas de desenvolvimento, que possam gerar dinamismo empreendedor, qualidade de vida, a consequente fixação territorial e acima de tudo, a criação de um orgulho, ou seja um bairrismo salutar.

Para isso, convém não mexer na paisagem, nem nos costumes ou tradições, mas sim criar novos hábitos de defesa das realidades rurais<sup>1</sup> hábitos, costumes, usos e destinos.

Não pretendo que os habitantes locais alterem o seu modo de vida, mas sim, que não desesperem em ansiedades vãs de desenvolvimento desmedido, procurando paridade e mimetismos com os grandes centros urbanos<sup>2</sup> com a criação de passeios, alargamentos de ruas, criação de avenidas, as grandes rotundas, as marquises, os grafities, os betões, etc., etc., etc....

Estou em crer que cada vez mais, o grau de desenvolvimento de um povo revela-se pela capacidade de adaptação à contemporaneidade sem perder a sua identidade.

---

<sup>1</sup> Rurais, na medida em que boa parte do património Arquitectónico edificado Românico, se situa em zonas com forte envolvente rural.

<sup>2</sup> Grandes centros Urbanos, como Porto, Lisboa, Coimbra, Setúbal, onde as pessoas tendem agora a procurar as realidades rurais do interior em busca de maior qualidade de vida; em permanência ou casuisticamente, em períodos de lazer.

Plano de Salvaguarda do Património Românico do  
Concelho de Penafiel

*- Revalidação Turística do Mosteiro de Paço de Sousa -*



**Ilustração 1 – Desenho de João de Almeida, 1887**

## Contextualização da Rota do Românico no Vale do Sousa

Para melhor compreender as realidades da Rota do Românico, no contexto do Vale do Sousa, será necessário que nos familiarizemos com a sua posição geográfica no território nacional.

Deste modo e em observação o Agrupamento de Municípios do Vale do Sousa congrega os concelhos de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, que se designa de ComUrb do Vale do Sousa

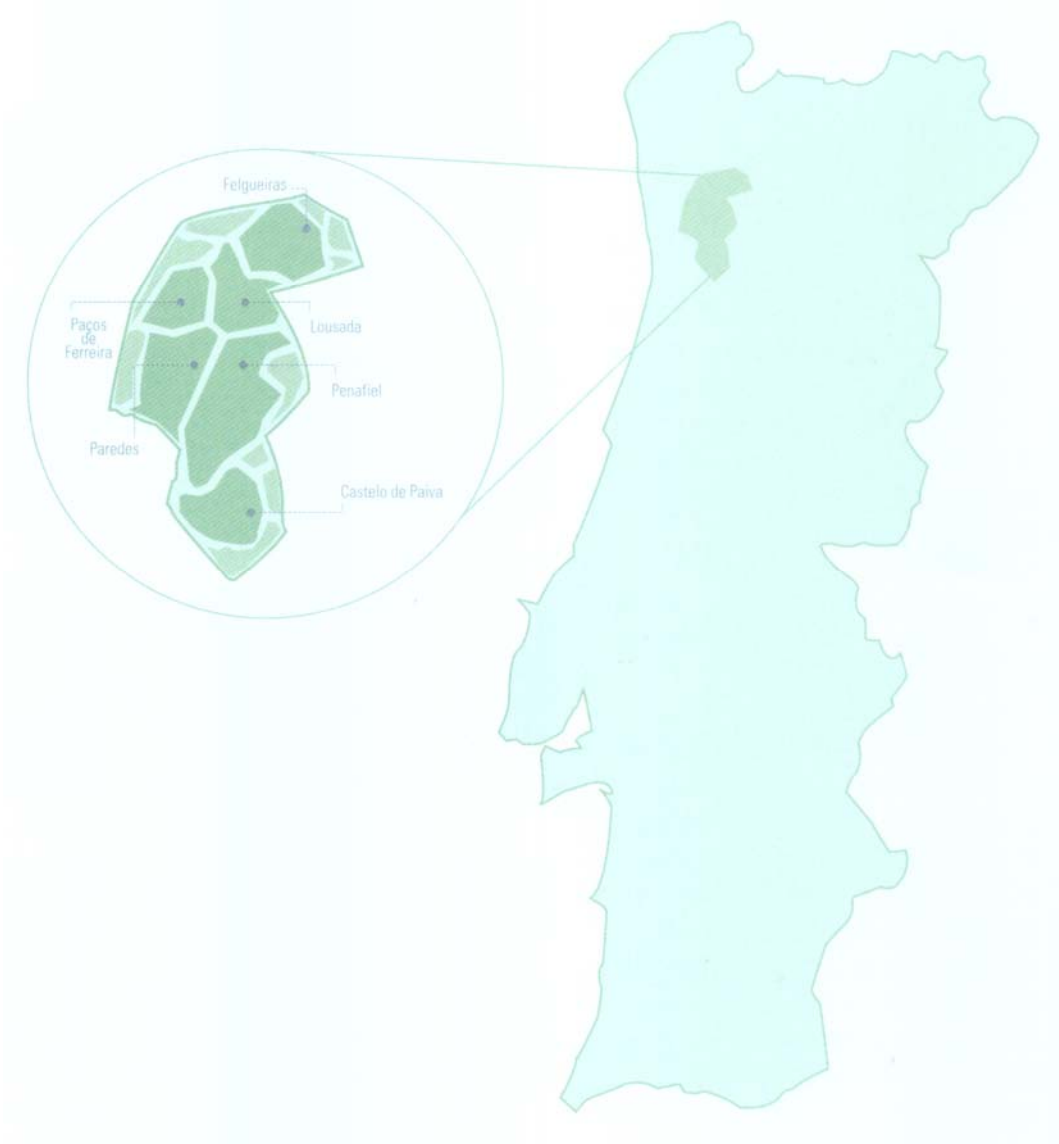
Situado numa zona de transição entre a Área Metropolitana do Porto e o interior da Região Norte, integrando-se na NUT III do Tâmega, confina a norte com o Vale do Ave, a sul com o Entre Douro e Vouga, a poente com a Área Metropolitana do Porto, e a nascente com o Baixo Tâmega.

Estes seis concelhos têm, no seu conjunto, um total de 144 freguesias abrangem uma área de aproximadamente o que representa 3,6% do total da Região



Ilustração 2 – ComUrb Vale do Sousa

**Localização da ComUrb do Vale do Sousa no âmbito territorial de Portugal Continental**



**Ilustração 3 – Localização da Comunidade Urbana ComUrb do Vale do Sousa**

## **VALE DO SOUSA ESTÀ LIGADO À FUNDAÇÃO DA NACIONALIDADE**

O presidente da Comunidade Urbana do Vale do Sousa, Alberto Santos, aquando da apresentação deste plano de acção, disse acreditar neste projecto e está convicto que “vai servir de alavanca estruturante para o desenvolvimento turístico do Vale do Sousa”. Na sua opinião, é possível que *“através da sua concretização se consiga criar um efeito multiplicador do desenvolvimento”*.

Este responsável acrescentou que a Comunidade Urbana

*“Pretende tirar partido da grande especificidade do românico do Vale do Sousa que se distingue dos demais por os seus monumentos estarem intimamente ligados a fundação da nacionalidade”*.

O objectivo é que *“o visitante do românico do Vale do Sousa, possa sentir o berço da história de Portugal”*, sublinhou Alberto Santos.

## **UMA DAS REGIÕES MAIS SIGNIFICATIVAS DO ROMÂNICO**

Na classificação do património foram apontados 21 objectos integrantes da Rota do Românico do Vale do Sousa, dos quais destacamos, as igrejas do Mosteiro de Pombeiro

- Ribavizela, de S. Salvador de Unhão e de S. Vicente de Sousa, no concelho de Felgueiras
- A igreja de Santa Maria de Meinedo e a Torre de Vilar, no concelho de Lousada; A igreja de S. Pedro de Ferreira, em Paços de Ferreira e a igreja de S. Pedro de Cête, em Paredes
- Igrejas de S. Salvador de Paço de Sousa, de S. Gens de Boelhe, de S. Miguel de Eja
- Cabeça Santa e de S. Pedro de Abragão, no concelho de Penafiel.

A complementar esta rota, apresentam-se os monumentos funerários, ermidas, entre outros, espalhados pela região com um especial potencial, que poderá ser explorada através de vários factores, designadamente, paisagens, gastronomia, festividades e tradições, sítios arqueológicos, culturais, desportivos, para além dos monumentos património românico.

Analisando a realidade da região e considerando seus pontos fortes e fracos, foram traçados os objectivos a atingir nos próximos anos, ou seja valorizar o património românico do Vale do Sousa, qualificar a envolvente transformando a Rota num produto com identidade própria da RRVVS, colocá-la nos circuitos comerciais e criar relacionamentos duradouros com os clientes.

Os mercados-alvo são, em 1º lugar, Portugal, seguir-se Espanha. Para uma última fase estar a França, Itália, Alemanha, Reino Unido e E.U.A..

A par com os trabalhos que se forem desenvolver estratégia de marketing e promoção da Rota do Românico como um produto turístico cultural, posicionando a região como destino turístico.

## **Penafiel, Argumentos Históricos e Patrimoniais do Concelho**

Penafiel é hoje um extenso e desenvolvido concelho no centro das Terras Verdes do Vale do Sousa.

Conhecida por Arrifana do Sousa até ao Século XVII, seria elevada a cidade em 1770 pelo rei D. José I e provisoriamente a diocese pelo Papa Clemente XIV. O centro histórico da cidade, onde sobressai a igreja Matriz do século XVI, constitui um notável e harmonioso conjunto granítico de casas nobres, igrejas e conventos que vão do renascimento ao barroco flamejante e testemunha o esplendor da cidade nos séculos XVIII e XIX.

### ***Património Arqueológico, Edificado e Natural***

A Igreja Matriz, momento nacional, sito na Rua Direita, em Penafiel, foi construída em 1566, por João Correia que se encontra sepultado no seu interior.

O Santuário da N.º Sr.ª da Piedade, mais conhecido por Sameiro, data do início do século XX. Situado no parque Zeferino de Oliveira, autor da obra, é classificado como o ex-libris da região. Do adro da igreja desfruta-se de uma soberba panorâmica sobre quase todo o Vale do Sousa.

O Mosteiro e Igreja de Bustelo, de fundação medieval, estavam construídos em 1605. Foi reformado no século XVII, tendo sido da Ordem de S. Bento. À face da estrada avista-se o aqueduto que está ligado ao Mosteiro. Situa-se em Bustelo.

A Igreja da Misericórdia é um magnífico templo com a frontaria Renascença do século XVII. Foi Sé Catedral. No exterior existe uma imagem da N.º Sr.ª da Lapa. Está situada frente à Câmara Municipal em Penafiel,

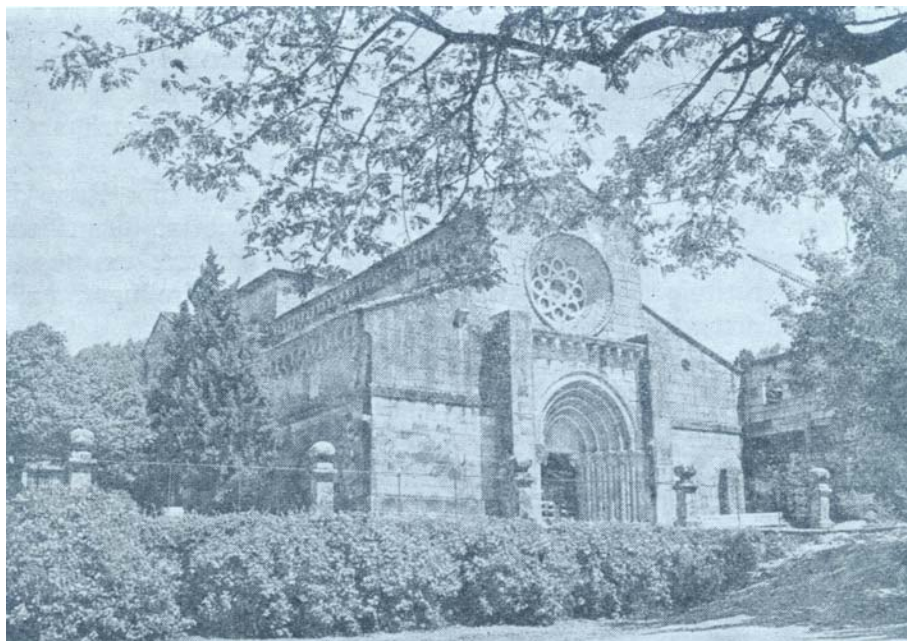
Na freguesia de Cabeça Santa, situa-se a Igreja Românica de S. Salvador de Granda. Trata-se de um monumento nacional com possível construção no 20 quartel do século XIII.

Sito na freguesia de Boelhe, a Igreja Românica de S. Gens, monumento nacional, é uma relíquia arquitectónica dos primeiros tempos da monarquia. A sua fundação é, segundo as suas características de construção, dos finais do século XII.

A Igreja românica de S. Miguel de Eja, monumento nacional, é uma igreja românica já tardia, já com muitos elementos góticos, erguidos nas margens do Douro. Situa-se na freguesia de Eja (Entre-os-Rios).

A Igreja e Mosteiro de Paço de Sousa são também monumento nacional (?). A Igreja é constituída por três extensas e elevadas naves. No estilo de transição do Românico para o Gótico. Foi fundado em 962 pelo nobre

cavaleiro Godo Triutesindo Galendiz, ascendente de Egas Moniz, aqui sepultado. Situa-se na freguesia de Paço de Sousa, mesmo ao lado da Casa do Gaiato.



**Ilustração 4 – Mosteiro de Paço de Sousa**

Situado na freguesia de Irivo, podemos encontrar o Memorial da Ermida. Trata-se de um monumento funerário medieval, bem conservado. É monumento nacional.

Na freguesia de Rans, encontra-se a Honra de Barbosa. Documentado desde a Idade Média, emerge dos campos que senhoreava agrupado em torno da torre residência, pelourinho, forca, quartel-prisão, fontes e capela.

A Casa do Reguengo, situada na freguesia de Oldrões, é uma construção de enormes dimensões, nunca concluída que se destinava a albergar os senhores do reguengo real.

Também em Oldrões, situa-se o Castelo de Penafiel, que foi sede do Julgado de Penafiel de Sousa. Num penedo do alto do Castelo está esculpida a figura de um guerreiro. Infelizmente, o castelo encontra-se em ruínas.

A Capela de St.a Catarina, sita na freguesia de Peroselo, esta Capela contempla u conjunto de sepulturas medievais abertas na rocha.

O Cruzeiro das Lampreias, é um lugar de cruzamento de caminhos, onde outrora se fazia a venda das Lampreias do Tâmega e Douro, Aí se pagavam os foros, Encontra-se na confluência das estradas que ligam Cabeça Santa e Rio de Moinhos.

A Igreja Românica de S. Pedro de Abrugão, monumento nacional, na freguesia de Abrugão, no século XVII viu destruído o corpo da Igreja, restando a capela-mor abobadada e o arco cruzeiro com a rosácea. No seu exterior, conservam-se ainda túmulos de pedra.

Desde muito cedo que aqui habitaram povos neolíticos, deixando relevantes vestígios das culturas dolménica e castreja. Sendo cada Dólmen a sepultura de um chefe, um herói ou na melhor das hipóteses o necrotério de uma família, e exigindo a sua construção um enorme esforço colectivo, reconhece-se o quão denso era o povoamento na época megalítica. Na freguesia de St<sup>a</sup>. Marta, situa-se o Dólmen de Santa Marta. A alguns metros de distância encontram-se ainda sepulturas antropomórficas, e ainda uma ponte medieval.

Na freguesia de Luzim, o Menir do Luzim, monumento megalítico grosseiramente desbastado e implantado verticalmente no solo, é um marco sepulcral com 2,5 metros de altura, remontando a 2000a.C. —1000a.C.

Quase ao lado do Menir, encontra-se um petróglifo denominado “Pegadinhas do S. Gonçalo”. Podem-se encontrar mais gravuras rupestres na mata da Casa das Eiras, no termo da Freguesia de Luzim. As mais significativas são denominadas “Gravuras rupestres de [ornar]”. Todas elas remontam a 1500 - a.C.

Dos vários castros do concelho de Penafiel, ressalta a Citânia do Monte Mouzinho, não só pelo grandioso espólio lá encontrado, mas porque será a mais extensa da Península Ibérica, esta Citânia está localizada a cerca de 8 kms de Penafiel, sobre as freguesias de Oldrões, Galegos e Valpedre.

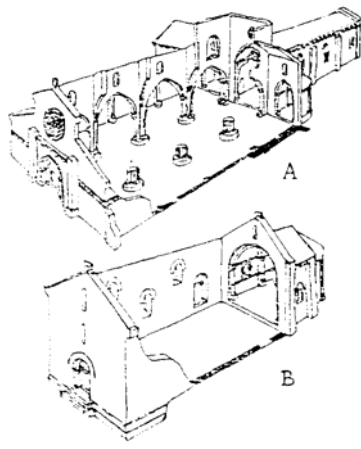
O Túmulo de S. Roque, monumento nacional, está localizado no exterior da Capela com o mesmo nome. 5. Roque é o advogado da peste e é realizada uma festa em sua honra no Domingo mais próximo do dia 16 de Agosto.

Monumento Nacional é também a Janela da Reboleira, localizado numa pequena ilha no lago da mata da Quinta da Aveleda, Penafiel. É uma janela de ângulo, de estilo manuelino. Veio de uma das casas da Rua da Alfandega Velha, no Porto. Esta janela foi doada por Tomás Sandman a Manuel Pedro Guedes em 1880.

O Pelourinho de Penafiel, colocado junto a Igreja da Misericórdia, em Penafiel, é monumento nacional.

As Termas de S. Vicente, na freguesia com o mesmo nome, são recomendadas para doenças circulatórias e respiratórias.

## As referências Históricas do Mosteiro de Paço de Sousa e o seu enquadramento na Arquitectura Beneditina Românica



No âmbito da Rota do Românico interessa, antes de mais, conhecer e interpretar aquilo que para o vulgar cidadão é uma *coisa muito bonita e antiga*. Com efeito o património Românico é muito mais do que isso. É um património que se distingue dos restantes pela sua forma, configuração e conteúdo. Ora, o Românico deve ser encarado sempre de acordo com a sua magnificência e monumentalidade.

Neste caso concreto o Mosteiro de Paço de Sousa é a nível nacional o mais importante, de acordo com as informações prestadas pelos entendidos em Arquitectura Monástica Beneditina Portuguesa.

Desde que os a Ordem Beneditina se Instalou em Território do Condado Portucalense, vinda do Monte Cassino em Itália, muitas construções foram sendo edificadas, para promover a fixação das gentes e o culto, foram, à medida da época crescendo de influência, junto do poder local, onde a sua importância aumentava quanto mais necessidade teriam os nobres locais de poderem obter a vida eterna junto de Deus Pai.

Assim a sua instalação foi sendo facilitada e os seus donativos foram aumentando. Desta forma os Monges iam crescendo na proporção directa da sua capacidade patrimonial e conseqüentemente financeira.

Quero então fazer um breve descrição do conjunto arquitectónico, apesar de maçudo é no entanto o possível para se entender o que temos para análise.

O mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa foi talvez um dos mais influentes, até porque é dada parte da sua importância à proximidade de D. Egas Moniz.

Embora a forma geral da estrutura seja semelhante à de S. Pedro de Rates, em Barcelos, (*proporções 2:3; três naves, com a central mais elevada; transepto não saliente; absides circulares; fachada com pórtico saliente e rosácea; arcos estruturais quebrados e, ornamentais, de volta inteira; pilares cruciformes sobre*

*sapatas redondas*; etc.), há pormenores arquitectónicos que o afastam da originalidade, ou seja a presença de uma espécie de torre lanterna saliente, no cruzamento do transepto, portas laterais não no último tramo, uso sistemático de toros em todos os arcos do interior e exterior, espaço interno amplo, mas sem uma inter penetração das naves como em Travanca.

E, aproximando-o do período ogival, nota-se certa tendência para a multiplicação das aberturas, na grande rosácea da fachada e na enorme janela que se abre sobre os arcos formaretes do tramo transeptal.

Mas estes pormenores não têm importância alguma em comparação com as divergências escultóricas: relevos escassos, trabalho delicado — dos mais perfeitos que se encontram no Norte —, figuras com os traços delineatórios muito *nítidos*, temas vegetais estilizados dentro de esquemas de linhas ondulantes ou entrelaçadas e com o predomínio da curvatura circular, enfim, uma tendência classicista bem marcada.

Podem-se contar os casos de representações de animais ou homens. O tema, tão nosso conhecido, dos leões com a presa, não aparece uma única vez; apenas se vê o dos abutres, mas numa posição totalmente diferente, e nas fantasias escultóricas não existem; em toda a parte um espírito contido, embora de uma delicadeza estética muito apurada, a revelar escultores largamente experimentados.

Além destes pormenores, todo um conjunto de características que Manuel Monteiro considerou como determinantes da escola agostiniana do Norte: *cornija em arcatura; bases das colunas com grifos; plintos ornamentados; pórtico de arquivoltas boleadas e com pérolas, envolvidas por um friso de entrelaço, sobre colunas alternadamente cilíndricas e prismáticas (estas com labores), e com o tímpano liso.*

Seja qual for a origem, coimbrã ou não, destas características, o facto é que afastam este mosteiro do grupo do Românico Comum, pois este era pela sua influencia e poder, um pouco mais abastado e com outra exigência decorativa. O uso de determinados elementos esclutóricos daria inicio a uma tese sobre a representatividade e os signos da religiosidade, nesta altura muito ricos e fantásticos.

A construção do actual edifício, que a maior parte dos autores concorda em situar no último período do românico, parece ter sido nos fins do séc. XII e princípios do séc. XIII, como mostra a quantidade de doações que o mosteiro recebeu nessa época, especialmente no abaciado de D. Mónio Garcia (1232-1244).

No entanto textos existem que o promovem para o ano de 926, da era de xpto.

Que Paço de Sousa seja um produto puro e típico dos architectos que ergueram Roriz, cujo facies aliás reproduz é mais fácil de afirmar do que de provar. E é inútil qualquer construção de hipóteses antes de se ter estabelecido a anterioridade de um dos dois.

Ou seja a sua simultaneidade é pouco contrastante, o que leva a crer que sendo ambos da mesma jurisdição feudal, dos Senhores do Alto Douro, tivessem sido executados pelas “mesmas cabeças”

Notemos apenas que Paço de Sousa, sendo um edifício maior, se imporia com mais facilidade, e que *ele* apresenta características de uma perfeição e

originalidade escultóricas que não se encontram em Roriz.

Mais para o norte, Pornbeiro oferece-nos, para resolver problemas enigmáticos que deixam indecisos os que os estudam.

À arquitectura é a que já vimos em Paço de Sousa: proporções 2:3, tríplice nave, absidíolos circulares, tecto de madeira apoiado em arcos mestres quebrados, pilares cruciformes, transepto não saliente, etc., À arcatura que ornamenta a cornija dos absidíolos, deveria ter também existido ao longo das naves, antes das reedificações dos séc. XVI a XVIII.

A frontaria era antigamente constituída por uma majestosa galilé de três naves, que Fr. Leão de S. Tomás ainda conheceu.

Embora sem a majestade de proporções de Paço de Sousa, e *sem* a unidade de Travanca, o interior é, ainda assim, imponente; pena é que não se possa apreciar melhor, por causa das modificações introduzidas pela variabilidade do gosto artístico ou pela fantasia menos sensata de alguns prelados monásticos.

Talvez a restauração que está a ser feita pelo D. G. E. M. N. possa restituir-lhe uma parte da antiga beleza! O resultado final é o esperado, ou seja a sua reconstituição mais fiel e conseguida.

Creio não ter havido a coragem, de outrora, onde a reconstrução do Mosteiro de Paço de Sousa, não foi respeitada, como também foi adulterada.

Com efeito, em Pombeiro, se o conjunto que hoje vemos se pode atribuir ao séc. XIII —a galilé era datada de 1309 (1271) — parece ter havido uma edificação anterior, como testemunham os relevos historiados da porta principal e algumas pedras esculpidas que se encontram hoje na sacristia. Essas esculturas representam o tema tão nosso conhecido das aves e leões que devoram a presa, os toros na boca de monstros, as carrancas que vomitam fitos e folhagens entrelaçadas, e até o capitel de lanças. Por outro lado, os capitéis exteriores dos absidíolos, a arcatura lombarda dos mesmos, os finos toros que envolvera as arquivoltas esculpidos do pórtico e a rosácea circundada por um arco cego, testemunham obras no séc. XIII ou mesmo nos princípios do seguinte. Estas duas épocas devem corresponder aos dois períodos de prosperidade do mosteiro, o primeiro depois da fundação (principio do séc. XII ou fins do anterior), o segundo durante os abaciados de Rodrigo, Gonçalo II e Martinho II (1253-1317).

O mosteiro de Cete, um dos mais antigos do nosso país, não tem já semelhança alguma com a escola beneditina: desde as proporções (1:3 sem abside) até à torre lateral; da altura pouco normal da nave única até à abside circular dos arcos já demasiadamente quebrados à finura dos toros e colunas do pórtico: dos contrafortes em vez de colunas, na abside, e das frestas e portas de arco apontado até à falta quase total de decoração, tudo nos afasta dos mosteiros mencionados. Nem admira que assim seja se considerarmos a época desta igreja (fins do séc. XIII ou princípios do séc. XIV, já quase integrada no estilo gótico.

# Arquitectura Românica Beneditina do Mosteiro de Paço de Sousa

## *A vida num Mosteiro Medieval*

Texto retirado da *Enciclopédia "Ao Encontro do Passado de Selecções"* do Reader's Digest

### **"Não era amena, mas tinha as suas compensações"**

Nos mosteiros beneditinos de toda a Europa medieval, os monges eram arrancados ao minguado conforto dos seus colchões de palha e ásperos cobertores pelos sineiros, que os despertavam às 2 horas da madrugada. Momentos depois, dirigiam-se apressadamente, ao longo dos frios corredores de pedra, para o primeiro dos seis serviços diários na enorme igreja (havia uma em cada mosteiro), cujo altar, esplendoroso na sua ornamentação de ouro e prata, resplandecia à luz de centenas de velas. Esperava-os um dia igual a todos os outros, com uma rotina invariável de quatro horas de serviços religiosos, outras quatro de meditação individual e seis de trabalhos braçais nos campos ou nas oficinas. As horas de oração e de trabalho eram entremeadas com períodos de meditação; os monges deitavam-se geralmente pelas 6.30 horas da tarde. Durante o Verão era-lhes servida apenas uma refeição diária, sem carne; no Inverno, havia uma segunda refeição para os ajudar a resistir ao frio.

Era esta a vida segundo a Regra de S. Bento, estabelecida no século VI por Bento de Núrsia, o italiano fundador da Ordem dos Beneditinos, canonizado mais tarde. S. Bento prescrevia para os monges uma vida de pobreza, castidade e obediência, sob a orientação monástica de um abade, cuja palavra era lei. Luís, o Piedoso, imperador carolíngio entre 814 e 840, encorajou os monges a adoptarem a Regra de S. Bento.

E, por volta de 1000, a regra seguida praticamente em todos os mosteiros da Europa Ocidental inspirava-se na dos Beneditinos, tal como muitos dos edifícios se baseavam no "modelo" delineado para o Mosteiro de St. Gallen, na Suíça, em 820.

A Regra de S. Bento foi formulada quando este era abade de Monte Cassino (no Sul de Itália), abadia fundada em 529 e que continua a ser um dos grandes mosteiros do Mundo. Bento foi o seu primeiro abade, e foi ele quem estabeleceu o modelo de auto-suficiência advogado pelas primitivas regras monásticas — dependência total dos próprios campos e oficinas — que orientou durante séculos os mosteiros da cristandade ocidental.

Em todos os antigos mosteiros beneditinos, a vida era totalmente comunitária. A rotina diária centrava-se naquilo a que S. Bento chamava "trabalho de Deus" — demorados ofícios de complexidade crescente. Tudo o resto era secundário. O trabalho manual que a regra estipulava existia não só para fornecer aos frades alimentação e vestuário e satisfazer-lhes outras necessidades, como também para

evitar a sua ociosidade e lhes alimentar a alma mediante a disciplina do corpo. Posteriormente, quando as abadias enriqueceram, sobretudo através de doações de fiéis devotos, os dormitórios comunitários foram substituídos por celas individuais; e foram contratados trabalhadores para cuidarem dos campos, o que permitiu a muitos monges dedicarem-se a outras actividades, nomeadamente o estudo, graças ao qual a Ordem de S. Bento viria a ser tão justamente célebre.

Nos seus jardins murados, os monges cultivavam ervas medicinais; num dado momento— ninguém sabe quando —, ocorreu-lhes a ideia de adicionar algumas ervas à aguardente, inventando assim o licor beneditino. Pode parecer estranha esta associação da vida monástica com o luxo das bebidas alcoólicas, mas o vinho foi sempre uma bebida permitida aos Beneditinos. Ligava bem com as suas refeições simples, constituídas essencialmente por pão, ovos, queijo e peixe. Embora a carne fosse proibida nos primeiros séculos, posteriormente algumas abadias adicionaram aos alimentos consumidos aves de capoeira e de caça, uma vez que o fundador não as mencionara expressamente entre as vitualhas proibidas. Em todas as refeições, porém, reinava o silêncio. Deste modo, a Regra de S. Bento, posto que severa sob muitos aspectos, conseguiu atingir um certo equilíbrio entre a ascese e o comprazimento.

Bento, obviamente, conhecia a natureza humana. Embora os monges fossem obrigados a levantar-se muito cedo, aconselhava-os a "encorajarem-se uns aos outros com indulgência e a atenderem às desculpas dos dorminhocos" e autorizava a sesta durante o Verão. Além disso, o primeiro salmo do dia devia ser recitado lentamente, a fim de permitir que os retardatários apanhassem os companheiros. Recomendava-se o silêncio, mas em termos de "espírito de taciturnidade", e não de completa mudez; de facto, existia uma sala especial, com uma lareira acesa no Inverno, onde os monges conversavam. Igual consideração para com os monges se verificava no fornecimento do vestuário, simples mas limpo, que incluía uma muda do hábito e da túnica interior. S. Bento não desejava imitar o ascetismo extremo das sociedades monásticas do Egipto ou da Síria. No entanto, os banhos, excepto para os doentes, eram desaconselhados como luxo exagerado. De acordo com a sua imutável rotina, os Beneditinos viviam e trabalhavam em obediência absoluta ao seu abade. Eram eles que o elegiam, mas a partir de então a sua autoridade era total e vitalícia. Era o abade quem deliberava sobre a faceta privilegiada do mosteiro — se este deveria primar pela santidade austera, pela cozinha ou pela erudição. No interior das suas paredes maciças, que nenhum cristão ousaria atacar, os mosteiros possuíam bibliotecas nas quais se conservou intacta grande parte da herança literária da Antiguidade durante os séculos em que a Europa foi assolada por invasões e guerras intestinas.

Na realidade, a segurança, tanto económica como física, que os mosteiros ofereciam às respectivas irmandades deve ter constituído um dos seus principais atractivos. Séculos após século, tanto os Beneditinos como os monges de outras ordens religiosas viveram sem temer a fome, a guerra ou o desamparo. E reconfortava-os sempre a ideia de que, no fim, tinham maiores probabilidades de salvação do que os camponeses ou os cavaleiros, que viviam apegados às coisas mundanas.

## O Mosteiro de Paço de Sousa

Assenta esta interessante e bela igreja românica nos campos ribeirinhos do rio Sousa e pertenceu ao convento de S. Salvador de Paço de Sousa, dos beneditinos, que gozou das regalias de conto e de foral, Segundo consta, doado por D. Afonso Henriques. Em 1177 o couto foi anexado a Penafiel e extinto em 1794.

Divergem os pareceres relativamente à sua fundação, que o conde D. Pedro, em o *Nobiliário*, atribui a Truitozendo Guedes, o que ficou na voz tradicional. Isto é crível, quanto à dita personalidade e quanto à época, pois no primeiro caso torna-se compreensível o liberalíssimo patrocínio com que Egas Moniz, neto da mesma, distinguiu o convento e no segundo não ocorrem anacronismos, visto que a igreja recebeu a sagração em 1088 de cuja data não discordam os seus caracteres arquitectónicos e artísticos, e Truitozendo, oriundo do afamado fidalgo gaulês D. Arnaldo Baião, já no terceiro terço do século XI devia estar em Portugal.

Além disto, Um breve de Calixto II, de 1120, concedido ao bispo D. Hugo, do Porto, refere-se ao convento, e prova desde já então a sua existência. Do levantamento do paço, nestas terras, de Truitozendo Guedes ou Galendez (o gaulês, das Gálias), junto à proximidade do rio, derivou, por certo, o toponímico conventual.

Como já foi dito anteriormente, os monges Beneditinos já percorriam a míude as terras de Sousa em 926.

A par da igreja, com a qual comunicava pelo transepto, havia a capela do Corporal - cuja bruta destruição é deveras deplorável que, assegura o dito *Nobiliário*, e é lógico, foi construída por Truitozendo para seu jazigo, donde o qualificativo mencionado. Serviu, também, de paroquial até fins do século XVI cuja assistência era feita por clérigos seculares chamados capelães de Paço de Sousa, representados pelos seus abades conventuais, por direito próprios.

Com a reforma da Congregação de S. Bento, porém, a paróquia foi anexada ao mosteiro e assistida pelos frades até 1834.

Se em vida magnânimas liberezas dispendeu Egas Moniz com o convento não menos as prodigalizou na morte, porquanto, entre as doações que lhe fez, as quais abrangiam quase toda a freguesia, se contavam o próprio paço com a torre (a esta, por ameaçar ruína, destruíram-na em 1579, empregando-se a pedra na obra dos dormitórios).

Recebeu sepultura, o honrado servidor, na sua capela do Corporal em 1144, corno se tem por mais certo, onde também a recebeu o filho Mendo Viegas, em campas rasas ambos, sobre os quais mais tarde, se armaram os mausoléus devidos.

Quando porém, o bárbaro abade Fr. Martinho Golias<sup>3</sup> mandou ignominiosamente

---

<sup>3</sup> Frei Martinho Golias, natural da Vila de Guimarães, foi ornado em muitas virtudes, morais e civis. Eleio Abade deste mosteiro em 1605, não tardou a por mãos à obra e para demolir a Capela do Corporal, trasladou os restos mortais de D. Egas Moniz e seus filhos, para a Capela Mor. Nesse momento Frei Golias, fazendo uso do seu porte, ousa comparar as ossadas de D. Egas Moniz e depreende, que este, era em tamanho de ossos maior que sua eminência.

Sobre este assunto urge dizer que da trasladação, na minha modesta opinião, terá sido delapidado o verdadeiro argumento que sustenta a tese de D. Egas Moniz, ser o verdadeiro Pai de D. Afonso Henriques. Uma Vez que a linhagem Afonsina, ou Moniz, já não vingava em pleno sec. XVII.

demolir a capela, em 1605, cuja cantaria e alvenaria foram utilizadas nas obras da sacristia, do claustro, do refeitório e dos dormitórios, consoante se provam os cilhares com siglas e inscrições nestas partes conventuais, sofreram a trasladação para a abside da igreja.

Nesta ocasião se abriram os túmulos<sup>4</sup>, tendo-se achado ossos e ferros. Todavia, os túmulos verdadeiros, as campas soterradas, desapareceram. Ao longo dos tempos, talvez não por acção bélica, mas por causas estritamente naturais se procederam a algumas obras de restauro, que foram na continuidades das anteriores acrescentar e retirar património. Como o caso de o abatimento parcial do tecto em 20 de Setembro 1651, agora na presença do Frei Anselmo Alvo da Purificação, que presenciou e se rala o feito de se ter subterrado o corpo de Melxior Pacheco de Bulhois..«vieram dois demónios desenterrar o cadáver, tendo chamado o Abade para assistir e receber no Vazo Sagrado a partícula do Santíssimo Corpo de Jesus Cristo, que nos fins da vida comungava aquele infeliz e que à força de uma pancada nas costas lhe fizeram repor os ministros da justiça divina».

Em 1740, foi eleito o Abade Pe Fr Manuel das Neves, natural de S. Romão do Corgo, terras de Basto, que desfez os túmulos<sup>5</sup> de D. Egas Moniz e seus Filhos, tirando-os da Capela Mor, demolindo também o altar Mor, eliminando também as relíquias da sagração<sup>6</sup>, feita pelo Bispo de Braga D. Pedro.

Em 1755, aquando do Maior terramoto da Historia Moderna da Europa, que destruiu Lisboa, o Mosteiro foi assolado pelo abalo, resultando no desmantelamento do Chafariz dos claustros e da Queda de umas colunas da frontaria ( que presumivelmente corresponderiam á existência de uma Galilé). Corria o ano de 1773, o Abade Rv Pe Pregador Fr. Sebastião de S. José, dá inicio á construção de uma biblioteca no mosteiro, que hoje não existem vestígios e em 1780, na regência de D. Abade Mto. Rv Pe Fr. José de Sant´Ana tratou de criar uma cercadura nova em trono da Igreja e do Mosteiro, além da construção da nova Capela Mor, além de outras investidas.

Já em 1792, Pe Pregador Fr. José Caetano de S. Bento, mandou revestir o tecto em abobadas, pintadas de alvaiade, tornando o aspecto da Igreja mais bela e ampla, que durante séculos estivera um rústico e simples guarda-pó.

Durante estes tempos, muitas forma as tropelias, até que com a extinção das ordens Religiosas, malfadada decisão de Liberais<sup>7</sup>. Nesses tempos, os gloriosos templos e edificações monásticas, foram vendidas, foram ocupadas e votadas ao degredo.

E o Mosteiro de Paço de Sousa, não passou ao lado desta triste votação.

---

<sup>4</sup> Começava o fado dos venerandos sarcófagos. Sobre este assunto, veja-se o notável estudo publicado na *Penha Fidelis*, do ilustre arqueólogo Padre José Monteiro de Aguiar.

<sup>5</sup> Sobre este assunto urge dizer que da trasladação, na minha modesta opinião, terá sido delapidado o verdadeiro argumento que sustenta a tese de D. Egas Moniz, ser o verdadeiro Pai de D. Afonso Henriques. Uma Vez que a linhagem Afonsina, ou Moniz, já não vingava em pleno sec. XVIII.

<sup>6</sup> Referência á Pedra D´Ara, ou seja o deposito no altar de uma relíquia de Santo, para o consagrar.

<sup>7</sup> Liberais que como o nome indica, deveriam ser como tais, mas que imposição da sua nomenclatura, cometeram as mais vis tropelias aos direitos dos cidadãos, comparáveis aos tempos negras da Santo-Oficio, com perseguições e imensa corrupção.

Entretanto o mosteiro passou para as mãos de Particulares, venderam-se as terras, partilharam-se construções e seus haveres à ganancia sequiosa de meia dúzia de resabiados populares, que por sua incúria, mais tarde tudo perderam, sem conseguirem o alvos que desejavam e são hoje reconhecidos de triste Memória.

Pois bem á data do Incêndio de 1927, a igreja de Paço de Sousa, era pertença da Republica, cedida á um Pároco, para a celebração litúrgica, o Mosteiro pertencia a um homem, enriquecido do Brasil, que nele tentou fundar uma Casa Pia e o restante terreno onde existe o adro da Igreja era de outro proprietário, também ele dono da Casa da Companhia<sup>8</sup> (Companhia de Jesus, também ela espolida de seus bens).

Então eis que o estado entra, para intervir e restituir a verdade do passado e...

## **Cronologia**

956 - Fundação da igreja por D. Trutesendo Galindes, filho de Galindus Gonzalvis, tal como constava da inscrição pintada no tímpano, removida aquando dos restauros da DGEMN; 994 - documento mencionando o a fundação e o respectivo fundador do mosteiro; séc. 12 - reconstrução e ampliação da igreja; 1146 - data da morte de Egas Moniz; séc. 13 - reconstrução e ampliação da igreja; 1605 - demolição da Capela do Corporal; séc. 17 - construção do claustro e fonte; 1690 - data do cruzeiro; séc. 18 - ampliação do edifício conventual; pertencia ao padroado da Companhia de Jesus, do Colégio de Évora; 1706, 28 de Julho - contrato com o ourives Manuel do Couto e Sousa para a execução de uma cruz de prata, igual à do Mosteiro dos Religiosos de São João; 1741 - remodelação da capela-mor; 1784 - reconstrução da capela-mor; 1927 - violento incêndio danifica sobretudo o mosteiro; 1944 - é transferido para a igreja um altar proveniente da Igreja de Arnoso; 2003, Julho - assinatura de vários protocolos do projecto Rota do Românico no Vale do Sousa.

## **Resumo:**

Monumento nacional, é o templo de três naves extensas e elevadas, no estilo de transição do românico para o gótico, de fundação dos fins do século XI, o mosteiro foi fundado em 962 pelo nobre cavaleiro Godo Triutesindo Galendiz, ascendente de Egas Moniz.

Todo o templo apresenta abundante e cuidado trabalho arquitectónico e decorativo.

---

<sup>8</sup> Casa da Companhia, que pertencia á mesa Abacial de Paço de Sousa, fundada pela Ordem de Jesus, por não haver no convento alojamento compatível com o nível de conforto e habitacional a que os Padres Jesuítas representavam.

Transposta a entrada, à direita, encontra-se o túmulo de Egas Moniz, preceptor de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal. É um túmulo da época e reproduz cenas da ida à Corte de Leão para resgatar “ a palavra mal cumprida” dada a D. Afonso III, guarda no interior, numa pequena caixa de cobre, as cinzas de Egas Moniz. Na parede, junto ao túmulo, encontra-se uma antiquíssima imagem em pedra do apóstolo S. Pedro.



**Ilustração 5- Restos Mortais de D. Egas Moniz**

## D. Egas Moniz, na Toponímia de Paço de Sousa

È frequente nestes locais, mais pequenos haver uma forte referência Toponímica influenciada por gentes e acontecimentos que marcaram a região, ou o local, por forma a se criar uma identidade muito próxima e quase íntima.

Foi desta forma que toda a zona envolvente ao Mosteiro e Igreja de Paço de Sousa se foi identificando, caracterizando um carvalho, um ribeiro e represa, uma fonte, um pateo, etc... desde ruas a estabelecimentos comerciais.

Se mais motivos houvessem, mais desígnios avançavam com o nome Gamuz.

Assim, irei me deter por alguns exemplos.

### RIBEIRO DE GAMUZ

Nasce este razoável regato no Monte de Calvos, descendo por uma veiga verdejante e entrando no terreiro de Gamuz, por debaixo do patamar da casa que, já não é residência paroquial. Em tempos de boa harmonia, as águas eram recebidas por pares de graciosos e alvos cisnes, que eram o encanto de pequenos e grandes, dando ao local aquele bucolismo tão característico de que muito gosta o povo português.

No lugar em que se encontra o dito patamar houve em tempo uns pequenos moinhos em prédios rústicos.

Este curso de água antes de se popularizar com o nome por que ainda hoje é conhecido, teve o nome de Ribeiro de Palaciolo, conforme citação de documento antigo feita por José Monteiro Aguiar: «Enquanto se usou escrever os documentos em latim, até ao tempo de D. Dinis (a. 1297-1325), documentação abundantíssima da freguesia e ao mosteiro o nome de *Paiaciolo*, e ainda ao Couto chamado Couto de Palaciolo, ao regato que banha o mosteiro, *Ribeiro de Palaciolo* e ao vale onde está situado o mosteiro, Vale de Palaciolo».

«O Ribeiro de Palaciolo tomou o nome de Ribeiro de Gamuz, corruptela popular do mais célebre descendente do nobre cavaleiro godo D. Tuitesendo Galindis precisamente o símbolo da honradez e aio do primeiro Rei de Portugal, — Egaz Moniz»

Serviu, também, o ribeiro para os Jesuítas forcejarem contra os Beneditinos, e quase que faziam dele um continente líquido «*pois o sitio do dito Mosteiro esta ao longo de hum ribeiro empaulado muito feio em extremo, e há tam frio o lugar que não podião viver os Abades nele se não com terem grandes fugueiras continuas*».<sup>9</sup>

Temos de convir que se caiu no ridículo extremo nesta contenda! Muitos anos depois, Diogo Griffão, ao apresentar «Os Menestreis de Egamus» usa medida bem diferente dizendo destes:

*Naturais das terras que outrora pertenceram a D. Egas Moniz Coelho, aio que foi do Senhor Rei D. Afonso Henriques, houveram por bem adoptar o nome que os séculos deram ao terreiro, à fonte e ao pequeno rio perto dos quais se ergue o Mosteiro de que D. Egas e seu antepassados foram donatários.*

Ao ribeiro sonolento bordado de hidrângeas, a que os antigos monges, os pastores do passado, os lenhadores e lavradores de antanho, como os cavaleiros e Dons Abades chamaram de Egamus».

---

<sup>9</sup> Referência á saída dos Jesuítas para novas Instalações, a Casa da Companhia

Este simpático riacho divide a freguesia em duas partes; a de cima e a de baixo. Esta divisão funciona como oportunidade para opor as partes entre si em leilões, para tirar desse antagonismo de momento a maior rentabilidade. Cada qual pretende ofertar o máximo para bater a outra parte.

D. Truitesendo Galindis, fundou o seu paço e o mosteiro nas margens deste pequeno rio; o mosteiro está na margem direita e o paço deveria estar de igual lado, como diz o P.e J. M. Aguiar «fundou o mosteiro, e onde tinha o seu paço, do qual existem ainda restos prováveis, pois fica situado na margem direita do ribeiro de Gamuz, limite material da dita freguesia (de S. Martinho) com a de Santa Ovaia, a poente» No largo do mosteiro, tudo lembra Egas Moniz, sob a corruptela de Gamuz: o terreiro, a ponte, o ribeiro, a presa e a fonte, de Gamuz.

## **TERREIRO DE GAMUZ**

Largo frondoso, com o imponente mosteiro no patamar superior a nascente, e a torre sineira à sua esquerda, ampla escadaria de acesso. a rodar a poente o edifício conventual e os claustros, mais à frente, em bronze, o fundador da Casa Pia, posteriormente Casa do Gaiato e agora futuros salões paroquiais em obras emperradas. Segue-se a Porta do Caldo com quatro colunas suportando o telhado alpendrado em mau estado de conservação, o patamar e a residência do abade, patamar sob o qual entra o Ribeiro de Gamuz no Terreiro. Depois a Fonte Gainuz ao seu canto na encosta sob a capela da Senhora de Lurdes, em cujo prolongamento se encontra um soberbo cruzeiro em granito, do século XVII, fechando-se o círculo com o quartel dos Bombeiros e a brazonada Casa da Companhia: no centro, a Presa de Gamuz e a Ponte românica à beira da qual esteve o Carvalho de Gamuz.

As acácias, as tílias, as hidrângeas e a murta fazem deste majestoso vale o recanto edílico que apetece visitar e onde se pretende permanecer. É aqui que Sant'Anna Dionisio «D. Afonso Henriques, o cavaleiro precoce feito por suas mãos na madrugada de uma igreja leonesa, o moço guerreiro, meditado e robusto, que concebe o porvir da sua herança paterna nos isolamentos severos da adolescência decorrida entre as veigas rodeadas de espessuras silvestres de Paço de Sousa e os horizontes montemuranos de Cárquere e Rêsende».

## **TORRE DE GAMUZ**

Há a presunção de que teriam existido duas torres, provavelmente, ambas ditas de Egas Moniz. De uma confirma a sua existência Frei António de Assunção Meireles na memória do Mosteiro de Paço de Sousa em que trata da fundação e reedificação do mosteiro de Paço de Sousa, ao referir que «... *Ordem d'El-Rei, veio ao Mosteiro de Paso o Dr. João Pais inquirir dos rendimentos da Meza Abacial, e Conventual, do estado do Mosteiro com as suas oficinas, da quantia necessaria para o seu restabelecimento, e provimento, etc., etc., e achou o Edificio no mais deploravel estrago, de sorte que na inquirisção de 21 de Fevereiro de 1579, jurarão os Mestres de pedraria, e carpinteria, que necessitavão para o reedificar de 1 026 000 reis, aproveitando todos os materiais do antigo Dormitorio, toda a pedra da torre, que foi d'Egas Monis, por arruinada...».*

Ficamos, por esta descrição, acreditados em que o mosteiro foi restabelecido, ou

reedificado, com a verba de 1 026 000 reis segundo orçamento dos mestres de pedraria e carpintaria, aproveitando, ainda, para o efeito, todos os materiais do antigo dormitório e toda a pedra que foi da torre de Egas Moniz. O que não ficamos é com a noção da grandeza da torre, porquanto a sua pedra é somente utilizada, mas não se menciona em quanto orçaria. Uma coisa é certa, é que existiu uma torre que foi de Egas Moniz; outra é saber quando se realizou obra de aproveitamento da sua pedra, visto o referido Frei Assunção se limitar a dizer que «*com efeito se reedificou em consequencia das informasoins, e se edificou o Dormitorio que hoje existe, correndo de norte, a Sul*».

Outro beneditino, Frei Leão de S. Tomás, afirma:

«*Egas Monis bem feytor do Mosteyro, memoria ha de obras, que a ali se attribuem, como forão apozentos seus, que tiuerão nome de Paço hum dormitorio grande para os Religiosos, com hua torre forte, e fermoza, que eu ainda alcancey sirvindo de Hospedaria*».

Abílio Miranda, falecido investigador penafidense, sem indicar a fonte de consulta, diz que «Foi reedificado o mosteiro pouco depois da data indicada (1579) e destruída a torre de Egas Moniz, excepto as ameias, que foram aproveitadas, por serem pedras iguais, como já disse num escrito, publicado em 1936, para a passagem dum ribeiro próximo, servindo de *poias* (termo local). Não poderia, portanto, conhecer a torre de Egas Moniz quem escreveu e viveu muito tempo depois dessa demolição» ~». Esta última referência destina-se a Frei Leão de S. Tomás, e parece-me um pouco precipitada se atendermos a que aquele monge é dado como nascido entre 1565 e 1570. Ora, se a inquirição do Dr. João Pais se efectua em 1579, não é muito crível que a obra se faça de imediato, no século dezasseis.

Bastaria, proporcionalmente, ser como hoje para que o frade ainda visse a torre.

Mas, a questão das «duas torres», pode muito bem ser devida ao facto do termo «torre» do latim «*turre*», significar, ainda, casa elevada, castelo e palácio, correndo-se o risco de confusão ao interpretar documentos da idade média.

Não encontrei documento ou simples referência à forma da torre, mas unicamente a suposição de que devia ser grande, ficando na incerteza se seria arredondada ou quadrada. Pode pôr-se a hipótese do paço não ser provido de ameias, por haver sido construído em tempo de paz.

Havendo posterior necessidade da existência de uma torre erigida por necessidade de defesa, vigia ou sinalização à distância.

Outro penafidense, Basílio de Sousa Dias, sem referir as fontes e reportando-se ao ano de 1050, diz que «*por esse tempo foi construida, junto ao Paço e perto de uma Torre de defesa Goda, uma igreja denominada Corporal de Paço de Sousa com o único fim de aí construírem os jazigos da Família dos Monizes*»

Certo parece o facto do Paço ser o edifício com ascendência geral, pois quando o despacho do Bispo do Porto, D. Julião, de 12 de Setembro de 1297 fez anexar as então freguesias de S. Lourenço, S. Martinho de Velhas e Santa Ovaia de Esmegilde à do Mosteiro, a novel e grande freguesia tomou o nome de Paço de Sousa, com que se mantem até hoje. Isto prova a importância do Paço Sousa como o mais antigo, o mais valioso e significativo.

## Plano de Salvaguarda do Património Românico do Concelho de Penafiel

### - *Revalidação Turística do Mosteiro de Paço de Sousa* –

Na Verdade o Património apesar de ser um elemento estável, é no seu conjunto volumétrico alvo de mutações que o tornam dinâmico e que gera acima de tudo as mais diversas paixões.

A propósito das mais recentes alterações e das que se adivinham, eis que Carlos de Sousa, in Penafiel, Boletim Municipal de Cultura, 1981

*«Em 1780 foi feita a actual capela-mor. Felizmente, os absidiolos ficam incólumes.*

*Aquela é uma peça rectangular, na qual por anomalia bizarra, se reproduziam alguns elementos românicos, provavelmente, até, com pedras da velha abside, tais as arcaduras das cornijas, os gigantes (apesar de pouco salientes) as colunas e os capitéis do interior.*

*[...]*

*Isto, na verdade, briga violentamente com os caracteres renascença da época setecentista, tais a planta, os janelões, etc.*

*E uns e outros brigam com as falsas arcadas cegas e trilobadas do interior, do que resulta um detestável pastiche. Mesmo assim, porém Deus defenda dos restauradores.*

*[...]*

*Para finalizar, cumpre que se deplora o grotesco e pedante enxerto da torre, cogumelo artístico, construída recentemente à ilharga da igreja e a cavaleiro do formoso cruzeiro setecentista, não só por quanto deprime o valor estético do local e afronta as ditas peças arquitectónicas como pelas suas deficiências construtivas pela sua deselegância e mesquinhez.»*

Tenho para mim que o resultado não deveria ser o que se apresenta. Tal como nós o património sofre em certa medida de uma condição evolutiva muito considerável.

Desde que os primeiros povos cristãos, de iniciativa Visigótica, decidiram evoluir na realização de templos e criação de ordens religiosas, que ao longo dos tempos foram servindo as populações locais e os senhores feudais aí incrementados.

Neste, caso O Mosteiro de S. Salvador e Nossa Senhora de Paço de Sousa, foi antes de tudo uma capela, para a prática cristã Visigótica, passando depois para a influência Beneditina, pouco depois.

Pela influência de D. Egas Moniz<sup>10</sup>, os beneditinos foram crescendo de honrarias,

---

<sup>10</sup> Tenho para mim, e com a companhia de muitas opiniões, que D. Egas Moniz Foi Pai de D. Afonso Henriques. A prova-lo existem os factos que à data do Nascimento do Filho de D. Teresa e D. Henrique, D. Egas Moniz também terá sido Pai, uma vez mais, de um menino. Sabendo que o primogénito dos Senhores do condado Portucalem-se era uma bebé, frágil e até ma formado, D. Egas Moniz, decide oferecer-se para acompanhar o crescimento do pertença herdeiro do Condado. Houve nessa intenção a troca de filhos, passando o filho de D. Egas Moniz para o paradeiro dos

obtendo até de D. Egas Moniz inúmeras doações e forais.

Esta influência foi perpetuada na medida em que D. Egas Moniz foi sepultado no mais importante dos mosteiros Beneditinos do recém criado Portugal. Outros tantos mosteiros haviam, mas o de Paço de Sousa graças á sua importância e influência capitular, foi o pretendido.

Creio até, e arrisco a dizer, que pela vontade expressa de alguma bastardia reinante, se tentou apagar o feito glorioso de laços de sangue que uniam D. Afonso Henriques e D. Egas Moniz. Pois a comprova-lo temos que no tumulto de D. Egas Moniz Apenas temos acesso a meia verdade histórica, a ida da Família Moniz numa acto de misericórdia apelar á boa fé de D. Afonso IV para poupar a vida de D. Afonso Henriques. Qual não seria o Pai que não faria tal sacrifício por seu filho? Daí que a outra meia verdade, a omitida, não terá sido a prova de paternidade de D. Egas Moniz? Iria este homem engolir a sua honra e um segredo que só o dignificava? Uma aposta vencedora?

Penso que Mosteiro de Paço de Sousa merece muito mais. Não se encontra em parte alguma maior prova de amor e dedicação à causa da Família. Ou não fosse o Mosteiro de Paço de Sousa ser o Templo de S. Salvador e Nossa Senhora. E que para fechar a trilogia, os filhos somos todos nós, com a responsabilidade de fazer honrar e reservar a memória de tamanhos feitos.

Estamos em 2006, século XXI o que nos impõem uma espécie de reflexão muito clara sobre os destinos e usos da Igreja e Mosteiro de Paço de Sousa. Os erros do passado não se podem repetir, pois os excessos cometidos estão á vista de todos. O património encontra-se dividido, emparcelado, com diferentes proprietários, de diferentes sensibilidades e com uma gestão desajustada aquilo que seria natural do seu principal uso.

No âmbito da Organização e Gestão do Território, temos que a Rota do Românico, tenta organizar em torno de vários eixos de desenvolvimentos este património tão valioso, tornando-o apetecível e criando-lhe uma nova dinâmica de interesse. Portanto em termos de Ordenamento, há a tentativa de ao agrupar um certo numero de elementos com iguais características, o património Românico, onde, para que esse ordenamento faça sentido há agora a necessidade de fazer uma gestão adaptada e à medida dos ventos que sopram.

Temos hoje enormes fragilidades económicas, que a par de uma necessidade impar de se manter e fixar as populações nos seus locais de origem, bem como, criar condições de recepção de todos aqueles que desejam regressar às suas origens, a morfologia é a mesma, os acessibilidades vão se multiplicando bem como as suas potencialidades, mas tenta-se por toda a via cometerem-se os erros da mega polis cibernética.

Temos que os concelhos de influência do Vale do Sousa, são dinâmicas urbanas muito próximas do rural. Ou seja, muito enraizadas com um mundo rural ainda muito próximo em termos temporais, e que evoluiu para uma ruralidade, transcrita

---

Condes e a outra criança, para paradeiro desconhecido. Sendo provável esta narrativa, D. Afonso Henriques, é filho de D. Egas Moniz, daí a sua permanência nestes lugares de influência Moniz.

em indústria caseira.

Não existe uma identidade ainda muito vincada sobre a sua realidade, ora rural, ora industrial.

Nesta dicotomia, as cidades, vilas e aldeias vão crescendo no mimetismo das grandes cidades e os lugares onde há bem pouco tempo existiam muros de quinta, ou quintais, onde as acessibilidades eram estreitas e pouco adaptadas ao conforto do automóvel, hoje temos esse terrenos ocupados com casas de forma e conceito desajustados á paisagem.

Edifícios que proliferam em zonas de grandes inclinações, cortes de terreno em taludes só a justificar a moradia, a loja e a exposição, a fábrica e os loteamentos industriais em montes com morfologias agressivas.

As cérceas, as formas e os conceitos plásticos formais, que ofendem a paisagem e a memória a que esta está associada.

A paisagem a que estão associados os concelhos do Vale do Sousa, ainda á pouco tempo, era uma imagem rural, rude e enraizada em costumes muito ortodoxos. As tradições e a cultura eram muito herméticas, mas a vontade de mudar era enorme, e resultou, com a abertura de canais de comunicação e dinâmicas de desenvolvimento na descaracterização dos próprios locais.

Daí não é de estranhar que os agentes públicos e alguns privados, um pouco mais esclarecidos, pretendam agora, reabilitar a paisagem e a memória dos locais que se estão a perder. E se perdermos essas referências perdemos a nossa identidade.

A propósito deste apontamento, Dom Duarte Pio, Duque de Bragança, em entrevista à revista Magazine Grande Informação de Abril de 2006 proferia o seguinte:

*«A independência e a identidade nacional não se podem perder e um dos pontos mais frágeis nos dias de hoje é a Arquitectura. O que se constrói agora não tem, em geral, raízes culturais e com isso está a contribuir-se para a perda e alteração da nossa memória e, ao mesmo tempo, para a destruição da identidade regional e nacional. Hoje em dia quando se intervém é para dar cabo do que lá está...»*

Na criação da Rota do Românico, para além de tudo o que a caracteriza em termos de desenvolvimento sustentado, onde existe matéria, recursos humanos, costumes e tradições, existe também a necessidade de se criarem planos ou regras de apoio á Rota.

Com o recurso a elementos regulamentares, baseados em planos de Pormenor, associados a um grande plano de Ordenamento e Condicionantes que ao interligar as necessidades de preservação do Românico, contemple também a realização dos anseios das populações no que diz respeito á resolução dos seus principais níveis de conforto.

Tentando, ao criar regras de utilização, tanto do espaço publico como do espaço privado, converter essas regras em respostas positivas ás necessidades de emprego, qualidade de vida e desenvolvimento local.

Hoje em dia tudo é possível, existem técnicos e tecnologias que nos permitem ter garagens, lojas de rua, fábricas e manufacturas, as moradias, postos de emprego, equipamentos desportivos e ocupação dos tempos livres, serviços bancários, de

saúde de segurança, etc, etc, etc, mas que merecem uma atenção especial quanto à sua integração, mas acima de tudo deve-se ter em conta que estes espaços e lugares devem ser feitos à medida das necessidades dos habitantes locais, para eles e por forma que, estes se sintam orgulhosos da terra onde nasceram, vivem e podem morrer. O síndrome do bairrismo sadio.

As pessoas hoje em dia são muito exigentes, tem mais informação e cultura, os horizontes são outros e mais alargados, o que lhes confere um maior grau de exigência, se os planos de ordenamento do território e as obras públicas não as satisfizerem, os agentes locais tomam a iniciativa e realizam a sua medida a concretização das suas necessidades.

Com estes dois factores de condicionalismo, acresce a necessidade imperativa de se tomarem acções concertadas e orgânicas. Para tal, esse organicismo deverá agir sobre as populações e sobre o espaço físico, sem as ferir. Ou seja sem criar rupturas e condicionalismos de ordem sensorial.

Quero dizer com isto que na criação de um plano de Salvaguarda, este irá incidir em primeiro lugar com a preservação de uma imagem concertada em que o património não seja só a Igreja, o Mosteiro, o Memorial, a Ponte, a Torre, etc., mas que seja também e em conjunto, o rio, a fonte, as casas de aldeia, o solar, a casa do caseiro, a eira, o muro de pedra talhada, ou arrumada à mão, o caminho, o trilho, o carro de bois, as vinhas, as ramadas de vinho verde, a couve, o campo de milho, as ervas, as moscas<sup>11</sup>, etc,etc,etc tudo isto é também património, e paisagem integradora do românico.

Depois, a complementar, temos, a gastronomia, as feiras, as romarias, as procissões, as festas populares, as danças e os cantares e acima de tudo as gentes. São elas que preservam a memória dos locais, que transmitem as tradições que não se ensinam nas escolas e são o garante da viabilidade da nossa sociedade. As actividades lúdicas e laborais são a sua propriedade.

Quanto à gestão territorial, esta terá maior sucesso quanto maior for a sua abrangência social, tornando e responsabilizando os agentes locais, nas acções de desenvolvimento local. Porque os agentes locais são aqueles que partilham os espaços, que dominam aquelas paisagens, conhecem o terreno e as suas necessidades. Sabem o que faz falta e o que não faz falta, tem um gosto muito especial em tudo em que podem participar. Mas no entanto, é necessário investir na sua formação cívica e social de forma a aumentar as suas competências e sensibilização nas áreas de intervenção.

Na essência da Rota do Românico, uma teia de interesses, conjugam em coro a vontade de desenvolvimento sustentável dos municípios que partilham os mesmos argumentos Românicos.

Neste campo de intervenção, a prestação de serviços Turísticos é sem dúvida um filão de exploração de sucesso, onde o produto já existe, os recursos humanos estão disponíveis e a vontade política emerge.

---

<sup>11</sup> As moscas, surgem não no sentido depreciativo, mas sim porque são um dos principais indicadores de bom funcionamento do ecossistema local.

Que não seja só uma vontade imediata e efémera, o Património Românico do Vale do Sousa, merece este entendimento e espera poder contribuir para o desenvolvimento desta região.

Havendo a realização de um estudo de planeamento á medida, o Património existente é o alvo e o centro das atenções. É um património rico e pleno de sensações. No entanto urge fazer notar que esse património existe e tem uma característica única, uma história, um desenvolvimento intemporal ligado ás raízes da fundação da Nacionalidade – é um livro aberto da História de Portugal.

Portanto a Rota do Românico, bem que pode concorrer como destino Turístico Histórico-Cultural da Fundação da Nacionalidade.

Não será necessário, abrir uma porta no tempo e recuar ao passado, basta apenas que se publicite e se crie um mercado de ideias e vontades, modeladas á essência do Românico. Esta procura de sensações Históricas motiva os agentes locais e fixam-nos na vontade de preservar o seu Património e cativam por sua vez o visitante. Onde este é estimulado a participar e a satisfazer a sua curiosidade.

Vão se criando sensações. O Turista cultural, fica enriquecido e pode mesmo até sair com vontade de regressar. Pois o estímulo histórico é muito forte.

Para que isto aconteça, os municípios deverão investir na preservação do seu património, investir na formação dos agentes locais e criar condição de fixação e prestação de serviços que satisfaçam as necessidades reais de utilização ordinária, fixando assim as populações.

No entanto estas poderão, neste incentivo de investimento, preservar as suas casas rurais e proporcionar oferta de alojamento.

Desta forma o popular, ao investir para os outros ganha a preservação do seu património.

Por seu lado, os agentes públicos locais, poderão contribuir, oferecendo um planeamento sustentável – Plano de Salvaguarda – criam as regras de acção, ditando as directrizes do investimento e criando condições para que esse propósito se realize.

Neste caso, os agentes locais deverão proporcionar aos visitantes a oferta de serviços e equipamentos, que ajudem a consolidar e a colmatar as necessidades da zona onde se incrementa o postulado da Rota do Românico.

Há no entanto um entrave, que por si só é relevante, que é a gestão patrimonial das terras, dos locais e do edificado.

No caso concreto, a Igreja, o Mosteiro, os espaços públicos, etc, são uma imensa e conflituosa teia de proprietários. Ora a gestão concertada de vários intervenientes, ou agentes, torna o processo muito demorado e conflituoso.

Seria bem mais fácil que, mosteiro, igreja e espaço publico fossem de uma são pessoa. Mas não é.

Ora vejamos, Ainda á bem pouco tempo, a Igreja, pertencia aos Monumentos Nacionais<sup>12</sup>, o Mosteiro e Claustros (parte integrante a Igreja) pertencia a um particular, que doou á Casa do Gaiato e que mais recentemente, foi cedida ao episcopado. No entanto, os terrenos adjacentes á igreja e mosteiro, são propriedade da Casa do gaiato o que acarreta dificuldades de acessibilidade ao edificado – Mosteiro e casa paroquial.

O terreiro, ou adro da Igreja, pertencia a um particular, mais recentemente foi adquirido pela paróquia local.

---

<sup>12</sup> Como Monumento Nacional, obdece ás regras da Tutela Administrativa do estado, logo com espaço Museológico deveria fechar aos Feriados e Segundas-Feiras. A liturgia, ou prática religiosa é tolerada.

Ora desejando a Rota do Românico operar naquela zona, terá que se entender com vários senhores. O que onera em muito os investimentos e atrasos de circunstância.

Votando ao planeamento, este de momento é por si só um grande quebra cabeças. Não se compreende também o facto de tanto a Igreja como o Mosteiro, não poderem ser contemplados como um todo, em toda a sua envolvência, porque parte do edificado, está escondido e a servir de muro de contenção de terras<sup>13</sup>.

Este dinamismo, vai por si pedir e gerar que o património ao ser partilhado e vivido, ganhe argumentos de conservação e revalidação sócio-cultural com o conseqüente retorno financeiro.

Isto é auto-financiamento, ou sustentabilidade consertada.

Assim e havendo, condições que proporcionem o desenvolvimento turístico de uma região, como a **Rota do Românico**, o investimento sendo direccionado nessa direcção, reveste-se de sucesso.

---

<sup>13</sup> A parte nascente da igreja está revestida a terra, contendo as cotas de terreno da Casa do Gaiato. Bom seria que se removessem aquelas terras e se libertasse essa fachada para a sua manutenção e acessibilidades. Porque essa parte da igreja e Mosteiro também são Património Histórico do Românico. Esta circunstancia gera imensas patologias provocadas pela continua infiltração de humidades.

## **Bibliografia**

- Diogo Freitas do Amaral, “D. Afonso Henriques-Biografia”, Bertrand Editora 2001
- Victor Mendanha, História “Misteriosa de Portugal”, Pergaminho, Junho de 2003
- Joaquim de Vasconcelos, “Arte Românica em Portugal”, D. Quixote 1992
- Marie-Madeleine Davy, “Bernardo de Claraval”, Ésquilo, Abril 2005
- Paulo Alexandre Loução, “Os Templários na Formação de Portugal”, Ésquilo, Setembro de 2000
- Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, “Igreja de Paço de Sousa”, nº 17, Setembro de 1939
- Reynaldo dos Santos, “Românico em Portugal”
- Boletim Cultural da Câmara Municipal de Penafiel, 1979
- “Penafiel Antiga”, CMPenafiel, 1931, 1933, 1945, 1973, 1981
- Centro de Cultura e Rancho Folclórico de Paço de Sousa, “Capelas e textos etnográficos de Paço de Sousa”, Maio de 1990
- Boletim da Comissão Municipal de Cultura de Penafiel, “Penafiel”, 1963-67
- António Gomes de Sousa e Manuel Ferreira Coelho, “Temas Penafidelenses” Volume II, Penafiel 1987
- António Gomes de Sousa e Manuel Ferreira Coelho, “Temas Penafidelenses” Volume III, Penafiel 1991
- António Gomes de Sousa e Manuel Ferreira Coelho, “Temas Penafidelenses” Volume III, Penafiel 1996
- Revista, “O Panorama”, 1837
- Revista, “O Panorama” 1844
- Revista Municipal, “Penafiel”, Dezembro de 2005

## **Ilustrações/Fotografias**

CMPenafiel, “Boletim Municipal” 1933

Fotografias Alvão

João Almeida, “O Minho Pitoresco” 1887

António Gomes de Sousa, “Temas Penafidelenses”, 1996

Manuel Ferreira Coelho, “Penafiel”, 1996

António Guimarães, “Penafiel, Boletim Municipal”, 1981

Marques de Abreu, “Ilustração Moderna” 1º e 2º anos, 1926/27

Marques de Abreu, “Ilustração Moderna” 1º e 2º anos, 1928/29

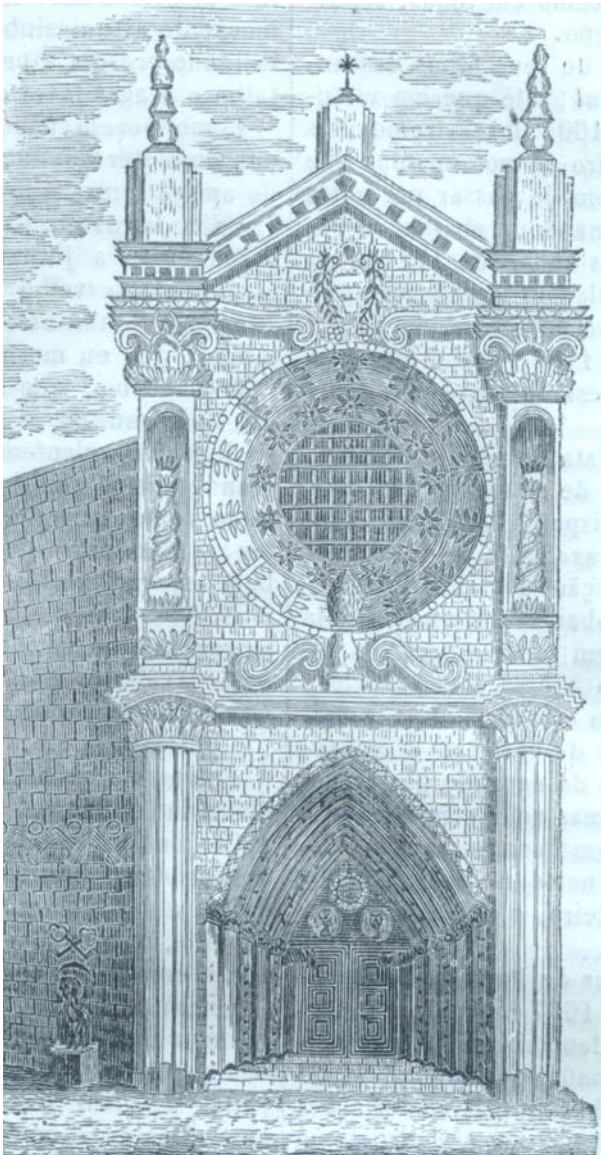
Pedro Vitorino, “Ilustração Moderna” 1º e 2º anos, 1928/29

Baltasar de Castro, “Ilustração Moderna” 1º e 2º anos, 1928/29

## Álbum Fotográfico



**Ilustração 6 – O mosteiro no início do Sec. XX**



**Ilustração 7 – Entrada do mosteiro, O panorama, 1844**



**Ilustração 8 – Aspecto da entrada no Mosteiro**



**Ilustração 9 –S. Pedro a chave <sup>14</sup>  
(já no interior da igreja)**

---

<sup>14</sup> A representação de chave em S. Pedro, também pode ser interpretada como sendo um machado



**Ilustração 10 – Aspecto de romaria - Alvão**



**Ilustração 11 – Interior da Igreja, antes do incêndio, visita expedicionária ao Românico, Alvão**



**Ilustração 12 – Obras de restauro da Igreja –  
Marques de Abreu**



**Ilustração 13 – Rescaldo do Incêndio que assolou a  
Igreja, Marques de Abreu**



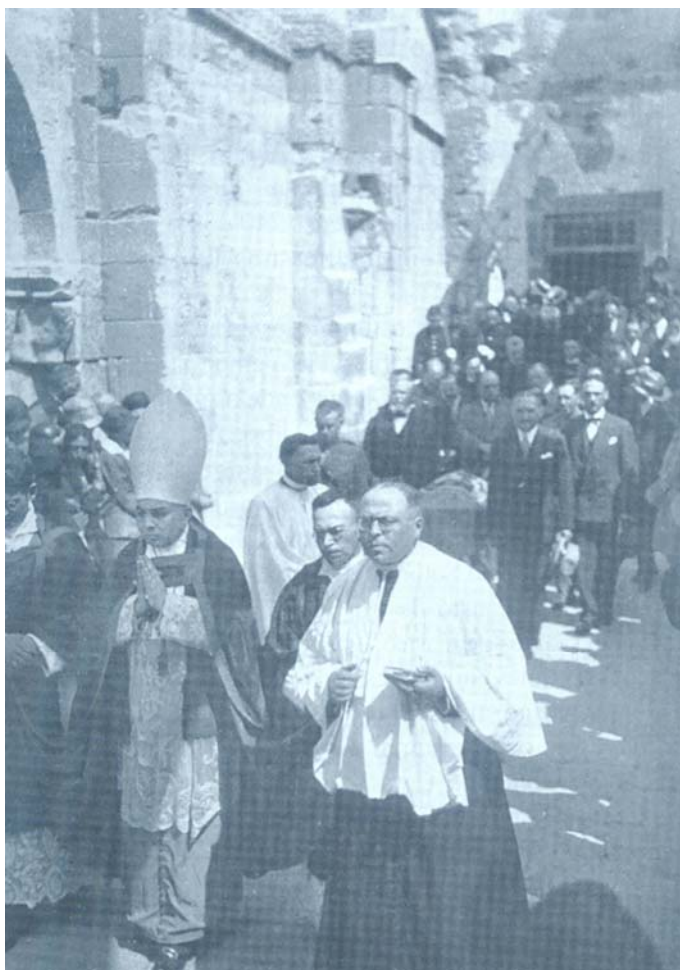
**Ilustração 14 – Remoção Pedra Tumular de D. Egas Moniz a empregar Porta Sul da Igreja**



**Ilustração 15 – Aspecto de Remoção da Parede sul dos Claustros com o Pe. Manuel Gomes de Castro**



**Ilustração 16 – Staff das obras de restauro da Igreja de Paço de Sousa (da esq. Para a Dir)**  
Eng. João Pimentel, Arq. Baltasar de Castro, Arq. Monumentos Nacionais Adães Bermudes, Pe. Manuel Gomes de Castro, Pe. Joaquim Monteiro de Aguiar (irmão do Pe Américo)



**Ilustração 17 – Aspecto da cerimónia da Trasladação dos restos mortais de D. Egas Moniz**